

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E
CINCO-----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E SEIS** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco reuniu, no
Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de
Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende
Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro,
Primeira Secretária, e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos,
Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição
Reis, Mário Joaquim Gomes Branco, David Filipe dos Santos Pinto, Vanessa Ferreira
Magalhães Rebelo de Sousa e António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira
Pelicano e Fernando Jorge da Costa Rua -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do
Rosário Rêgo e Paulo Carrapatoso Bordalo Amado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de
Oliveira e Ana Cristina Nunes Gouveia. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Afonso Maria da Silva Moreira. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Nuno Manuel Pires Caiola Marçal
Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Helder Fernando Simões dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído
por Paulo Amado. -----

----- Susana Marina Soares Paulo, que justificou a sua ausência e foi substituída por
António Carvalheda. -----

----- Maria João Ferreira Alves, que justificou a sua ausência e foi substituída por
Fernando Rua. -----

----- Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira, que justificou a sua ausência e
foi substituído por Ana Gouveia. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído
por Afonso Moreira. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor
Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não tendo havido inscrições dos Fregueses, o **Senhor Presidente da Assembleia**
passa de imediato ao -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro
Ana Gouveia para uma intervenção. -----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *Garantia da existência de auxiliares de ação educativa em número suficiente em
todas as escolas da freguesia de Alvalade* -----

----- *A Escola Pública não se defende com boas intenções, defende-se com investimento, com mais trabalhadores, com melhores condições para quem nela trabalha ou estuda, com horários de trabalho que não asfixiem alunos e trabalhadores, docentes e não docentes, com rejuvenescimento dos profissionais, com respeito pelos seus direitos, incluindo de estabilidade e carreira.*-----

----- *Esta não é uma questão menor quando se fala da valorização da Escola Pública. Todos os seus trabalhadores, nas várias funções que desempenham, contribuem de forma decisiva para uma Escola Pública de qualidade e para o futuro de milhares de crianças e jovens que a frequentam em cada ano letivo.*-----

----- *Embora as autarquias, entre elas, o Município de Lisboa, tenham assumido novas competências na área da educação, com o processo de transferência de encargos por parte do Governo, entre outras, a responsabilidade relativamente à contratação dos trabalhadores não docentes, manteve-se sob responsabilidade do Ministério da Educação, a definição dos rácios, das carreiras e das remunerações.*-----

----- *No caso particular dos auxiliares de ação educativa, a sua contratação é feita de acordo com rácios completamente desajustados da realidade, em vez de atender às necessidades concretas das escolas.*-----

----- *O papel dos auxiliares de ação educativa reveste-se de grande importância enquanto educadores, responsáveis por crianças e jovens em diferentes momentos do seu quotidiano, com os quais interagem num registo menos formal do que os professores, psicólogos, membros da Direção, entre outros. Papel que tem vindo a ser reconhecido pelos professores, que os veem como um apoio fundamental.*-----

----- *Aquilo com que nos temos vindo a deparar é que o número de trabalhadores não docentes é insuficiente para responder às especificidades dos estabelecimentos de ensino da freguesia.*-----

----- *A falta de auxiliares de ação educativa a tempo inteiro nas escolas resulta da desadequação do rácio existente à realidade concreta das escolas, condicionando o seu normal funcionamento em todas as suas valências. Mas também da desvalorização destes trabalhadores, dos seus salários e carreiras, do seu estatuto.*-----

----- *Trabalhadores que enfrentam uma elevada carga de trabalho, com salários muito baixos e frequentemente em situações de precariedade laboral. Urge contrariar e reverter este caminho.*-----

----- *Assim, é urgente e necessário proceder a uma alteração que responda às necessidades objetivas de cada escola, no que concerne às suas características e inserção no meio, à tipologia dos edifícios, ao número de alunos no geral, ao número de alunos com necessidades educativas específicas, designadamente nos casos em que é necessário acompanhamento permanente, entre outros aspetos.*-----

----- *A opção por um verdadeiro caminho de valorização de todos os trabalhadores e da Escola Pública não pode passar à margem do reforço de pessoal, do trabalho com direitos, da existência e reposição de carreiras, do combate à precariedade e aos baixos salários.*-----

----- *O normal funcionamento das escolas exige que o Governo garanta que existem trabalhadores em número suficiente para responder às especificidades de carácter regular e transitório de cada uma.*-----

----- *Assim, a Assembleia de freguesia de Alvalade, reunida a 18 de março de 2025, delibera instar o Governo a:*-----

----- *1. Proceder à revisão da Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, na sua redação em vigor, tendo por base a efetiva aplicação dos seguintes critérios:*-----

----- a. A garantia de existência de auxiliares de ação educativa em número suficiente em todas as escolas, agrupadas e não agrupadas, durante todo o horário de funcionamento; -----

----- b. A existência, em número suficiente, de auxiliares de ação educativa com a formação adequada, incluindo no que concerne ao acompanhamento de alunos com necessidades educativas específicas, nomeadamente, as de alta intensidade e de caráter prolongado; -----

----- c. A adequação do número de auxiliares de ação educativa à tipologia dos edifícios escolares e à área dos recintos escolares; -----

----- d. A definição das necessidades permanentes das escolas e a atenção às necessidades transitórias; -----

----- e. A criação de um mecanismo que permita a cada escola, em caso de necessidade, adequar o número de pessoal não docente às suas especificidades, independentemente da dotação máxima de referência do pessoal. -----

----- 2. Ao reconhecimento e reposição de carreiras: -----

----- a. O reconhecimento de um estatuto próprio e de carreiras específicas aos trabalhadores não docentes, iniciando o processo para esse efeito em articulação com os sindicatos; -----

----- b. O cumprimento e respeito pelos conteúdos funcionais de cada carreira dos trabalhadores não docentes; -----

----- c. A existência de formação específica para cada carreira; -----

----- d. A melhoria substancial dos salários destes trabalhadores. -----

----- 3. Ao reforço do investimento na escola pública. -----

----- Mais delibera: -----

----- Enviar a presente recomendação ao governo, à Câmara Municipal de Lisboa e à Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Lisboa, 18 março de 2025 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de freguesia de Alvalade ----- ”

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo para uma intervenção. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que o CDS reconhecia a importância dos auxiliares de educação no bom funcionamento da escola, mas essa moção da CDU assentava numa lógica de crescimento contínuo da máquina do Estado e sem olhar à eficiência, à sustentabilidade financeira ou à meritocracia. Falava-se em mais contratações, mais salários, mais carreiras, mas não se apresentava uma única proposta de gestão eficiente, avaliação do impacto ou incentivo a mérito individual. -----

----- Acreditava numa escola pública com autonomia, com liberdade de gestão, com soluções flexíveis e com rigor na utilização dos recursos públicos. -----

----- Por isso, apesar de partilharem a preocupação com o tema, essa moção representava um modelo de educação no qual não se reviam e iriam votar contra. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes para uma intervenção. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” estava plenamente de acordo com essa moção. Aliás, era uma das propostas que tinham e reconheciam que era necessário reforçar os auxiliares no sistema educativo. Iria votar a favor. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Garantia da existência de auxiliares de ação educativa em número suficiente em todas as escolas da freguesia de Alvalade”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10

votos a favor (PS, CDU, BE e MMA), 4 votos contra (CDS-PP, IL e Chega) e 4 abstenções (PSD)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Ana Gouveia para uma intervenção. -----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

“----- *Por um espaço público de qualidade - Contra a deficiente planificação e incúria da sua manutenção* -----

----- *Desde o início do mandato que uma das prioridades dos eleitos da CDU em Alvalade tem sido a luta por um Espaço Público de qualidade que garanta o Direito à Cidade para todos conforme explicitado no programa eleitoral das últimas eleições autárquicas, já lá vão quase quatro anos.*-----

----- *Uma Freguesia onde se possa passear sem temer uma lesão ou o impacto do excesso de calor. Uma Freguesia onde seja possível aceder-se aos serviços necessários e ao fruimento da vida pelos seus próprios meios. Uma Freguesia que privilegia as relações de proximidade que só são alcançadas através de uma circulação pedonal plena, sem sobressaltos, segura e agradável.*-----

----- *No fundo, uma Freguesia onde se possa sair à rua e usufruir do que é Viver na Cidade - Uma Cidade para Todos.*-----

----- *Muito se tem falado, durante este mandato, na composição demográfica da Freguesia e da necessidade de não nos esquecermos dos mais idosos ou daqueles com menos capacidades para garantirem uma vida autónoma e plena. Contudo, a prática na construção e manutenção do Espaço Público não o indica.*-----

----- *Pelo contrário, o estado a que está devotado o Espaço Público na nossa Freguesia demonstra incapacidade de planeamento e más opções políticas. São imensos e variados os exemplos dos quais se anexa um conjunto de fotografias.*-----

----- *O estado dos passeios, fruto da falta de manutenção que continua em contraciclo com o investimento nas rodovias, apresenta-se como um conjunto de armadilhas para os mais vulneráveis. Além disso, a falta de manutenção das passadeiras faz com que algumas já não se vejam, somando-se às muitas que estão em falta, principalmente em zonas de tráfego intenso. É necessário inverter-se a pirâmide de mobilidade, colocando-se o peão no topo, com a concomitante disponibilização de verbas para a melhoria do espaço de circulação pedonal.*-----

----- *Mas não é isto que acontece. Os buracos no pavimento aparecem e por lá continuam sem um prazo para a sua resolução. Muitas obras mal terminadas e pouco fiscalizadas, contribuem directamente para que a deslocação na Freguesia mais pareça uma gincana/corrída de obstáculos. São inúmeros os exemplos de apropriação dos passeios e jardins da Freguesia com resíduos de obras, tornando a deslocação e usufruto uma tarefa quase impossível nessas zonas. É necessária a instalação, com carácter urgente, de pavimento adequado, antiderrapante, nas vias de maior circulação na Freguesia. Um exemplo gritante é o investimento realizado na repavimentação da Avenida do Brasil que ignorou por completo as inúmeras situações existentes na circulação pedonal, nomeadamente na proximidade ao Campo Grande.*-----

----- *A colocação do mobiliário urbano é mais um caso paradigmático do mau planeamento do Espaço Público. São imensos os exemplos com que as pessoas se defrontam diariamente, desde pilaretes à frente de paragens de autocarro, até paragens de autocarro inexistentes e ao abuso na colocação de mupis publicitários incluindo em cima de ciclovias. Quanto a estas, não se vislumbra sequer a intenção de completar*-----

uma rede que permita a adultos e crianças circular em segurança, eliminando-se os pontos de confronto com os peões e automobilistas. -----

----- A iluminação continua desadequada da sua função em grande parte da Freguesia, não estando adequada aos locais e actividades praticadas. A somar a isso, são vários os postes de iluminação que se apresentam degradados, alguns com a base escovada, contribuindo para o risco iminente de acidentes. -----

----- Também no usufruto do Espaço Público, a incapacidade em adequar-se a recolha de resíduos tem um impacto. Um problema que pode passar aos olhos menos atentos mas não a quem habita na Freguesia, principalmente quem reside nas ruas secundárias ou se confronta com esse problema nos logradouros, onde a recolha é manifestamente reduzida acumulando-se resíduos por longos períodos, elevando os riscos para a Saúde Pública. Vejam-se as quantidades de ratazanas, parece que estamos de volta ao início dos anos 1980, quando ainda não se tinha implementado um sistema coordenado de recolha e tratamento de resíduos. -----

----- As árvores, essas, parecem um alvo a abater. Não basta plantá-las, é preciso cuidá-las e assegurar que crescem. A falta de sombra, num país como o nosso, onde o sul apresenta características mediterrânicas com estios secos e quentes que, fruto das alterações climáticas, tendem a intensificar-se, é um factor limitante para as pessoas mais frágeis que queiram sair à rua. -----

----- Sabemos que nem todos os assuntos são da responsabilidade directa do Executivo da Junta de Freguesia mas é, seguramente, da sua responsabilidade garantir que as pessoas possam viver na Freguesia com a melhor qualidade possível -----

----- A importância deste assunto, o acesso e utilização do Espaço Público, devia ser suficiente para que as grandes obras de intervenção no território da Freguesia, por exemplo a renovação da Praça de Alvalade, anunciadas há vários anos mas com cabimentação e, aparente, urgência para que avancem neste ano eleitoral, devia ser suficiente para que os planos das mesmas já tivessem sido disponibilizados e colocados em discussão pública, prolongada pelo tempo necessário para que não se possa, daqui a uns anos, levantar dúvidas quanto à utilização do dinheiro público. -----

----- Por tudo isto, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sequência da presente proposta, delibera propor ao Executivo da Junta de Freguesia: -----

----- 1. A criação do plano pedonal da freguesia, com a finalidade de melhorar as condições para caminhar a pé em toda a freguesia, com segurança, ligando todos os bairros e de forma agradável, privilegiando a substituição de viadutos por outras soluções mais seguras e agradáveis, garantido a ligação entre os diferentes parques e jardins, como seja do Campo Grande, do parque urbano do vale da montanha, do parque José Gomes Ferreira, promovendo os corredores verdes; -----

----- 2. Que envide todos os esforços para, junto da Câmara Municipal de Lisboa e relevantes autoridades, garantir a existência de passadeiras adequadas aos percursos, com semáforos que parem o trânsito pelo tempo necessário. -----

----- 3. Dotar a Junta de uma Brigada de intervenção rápida para a reparação dos buracos nos passeios, reparação de sinalização vertical, pintura e lavagem de passadeiras regulares. -----

----- 4. Efectuar um levantamento dos pontos críticos à mobilidade dos peões como forma de acelerar a instalação de medidas correctivas, por exemplo, estreitamento de vias, redução da velocidade máxima, lombas, instalação de pavimento adequado, salvaguardando sempre que possível, a calçada portuguesa enquanto imagem de marca e de cultura da cidade e do país, etc. -----

----- 5. Estabeleça as condições e mecanismos necessários para uma consulta pública ampla, efetiva e participada antes do início da implementação dos projetos de

intervenção territorial na Freguesia, nomeadamente daqueles ao abrigo dos Contratos de Delegação de Competências, entre o município e a Junta de Freguesia.-----

----- Lisboa, 18 de Março -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo para uma intervenção. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que o CDS reconhecia a importância do tema, mas muitas das questões levantadas pela Eleita da CDU não eram responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

----- Dentro das competências consideravam que a Junta de Freguesia tinha atuado com responsabilidade, reforçando equipas, agilizando pequenas reparações e planeando com rigor técnico. -----

----- A proposta que discutiam, ainda que bem-intencionada, pecava por um certo voluntarismo político. Uma Junta de Freguesia não podia ser transformada numa entidade omnipresente. Apesar disso iriam abster, deixando claro que qualquer plano sério para o espaço público exigia articulação com o Município, capacidade técnica e realismo financeiro. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos para uma intervenção. -----

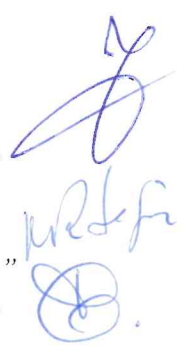
----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que essa recomendação do PCP mais se assemelhava à apresentação do programa eleitoral das autárquicas para 2025, na sua modesta opinião. Gostaria de perguntar, até porque o PCP fez parte do Executivo transato, qual seria o custo de todo esse programa que foi ali apresentado. O PCP esteve no Executivo e teria oportunidade há quatro anos de propor isso e a IL gostaria de perguntar a quanto ascenderia todo esse programa megalómano com que o PCP os presenteava ali. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para uma intervenção. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha algumas considerações que já tivera oportunidade de realizar na anterior Assembleia de Freguesia, porque alguns desses temas foram levantados na informação escrita, mas não podiam ficar sem algumas respostas e repor alguma informação, em que era importante as pessoas que ouviam saber aquilo que o Executivo e os serviços da Junta estavam a realizar. -----

----- Relativamente ao excesso de calor na Freguesia e em vários pontos do território, muitos dos projetos que tinham vindo a implementar, fossem de gestão corrente ou contratos de delegação de competência como aquele da Praça de Alvalade/Avenida de Roma, não seria uma intervenção tão ampla no que respeitava à Praça de Alvalade em virtude da negociação que teve de ser realizada com o Município de Lisboa e por limitações também do ponto de vista técnico que não permitiam a execução de uma obra maior. Tinham vindo a realizar, fosse através da plantação de espécies arbóreas ou de outro tipo, um investimento bastante forte nessa área de forma a ir ao encontro daquilo que a CDU ali referia. -----

----- Relativamente aos projetos de repavimentação pedonal, tinham três intervenções planeadas até no âmbito do contrato de delegação de competências. Duas delas mais pequenas, mas com alguma relevância, a reposição de um caminho informal em caminho formal na Fernando Caldeira, a reposição de um pavimento na Azinhaga dos Barros ao lado dos prédios amarelos, que se afigurava necessário e era amplamente solicitado pelos moradores. Aliás, como a CDU sabia porque já levou esse tema à Assembleia de Freguesia, nomeadamente onde existia o barco estacionado, esse barco já foi retirado em virtude da intervenção que ia ser realizada. O proprietário foi informado,



soube pelos moradores e teve a amabilidade de retirar esse instrumento navegante. Iriam em breve iniciar essa intervenção, bem como na Avenida Rio de Janeiro entre o Largo Frei Heitor Pinto e a Avenida do Brasil, a colocação de pavimento confortável. -----

----- Isso para além de algumas intervenções que tinham sido realizadas em toda a Freguesia, com a empreitada de espaço público que tinham na Junta de Freguesia e que permitia que ao longo do tempo os serviços iam identificando algumas necessidades de intervenção, bem como os moradores na aplicação "A Minha Rua" ou direto à Junta de Freguesia. A equipa de espaço público tinha feito essas intervenções. -----

----- A acrescer a isso, desde há dois ou três meses tinham uma brigada de intervenção rápida que trabalhava ao fim de semana para situações mais urgentes ou intervenções que exigiam maior concentração. Esse trabalho tinha vindo a ser feito. -----

----- Na Avenida da Igreja tentava-se mitigar os problemas das raízes das árvores, ou das quedas de água que existiam no meio do passeio, aqueles canais que levavam essa água até aos sumidouros da rede viária. -----

----- Relativamente à Avenida do Brasil, não podia ser confundida a repavimentação de um pavimento rodoviário com o tema do espaço público e dos passeios. Essa intervenção era fundamental existir, como todos sabiam. Aliás, recebiam queixas dos moradores e foi uma intervenção crucial, ainda bem que o Município de Lisboa em junho do ano passado decidiu avançar e realizar essa intervenção no período de férias escolares. -----

----- Dizer também que a manutenção das passadeiras, responsabilidade da Junta de Freguesia, aquelas que não estavam em vias estruturantes, tinha sido realizada todos os anos. No ano anterior iniciaram a campanha de pinturas de sinalização horizontal em junho e depois completaram em setembro na envolvente das escolas. Ainda no presente dia tinha sido iniciada uma campanha de pintura também na Quinta dos Barros, que não foi realizada no ano anterior porque as pinturas ainda estavam em bom estado e não iriam gastar recursos financeiros sem necessidade. -----

----- A iluminação pública e a recolha de resíduos eram temas que os preocupavam e que preocupavam todos os membros da Assembleia, mas eram temas que correspondiam à Câmara Municipal de Lisboa e que iam sinalizando. Sabiam que o reforço de iluminação pública por vezes era difícil, porque a rede era muito antiga em Lisboa e não aguentava os postes de eletricidade, até que eventualmente as luminárias fossem alteradas para iluminação led e a carga na rede fosse menor. -----

----- Tinham reportado situações de falta de iluminação pública, falta de substituição das luminárias e a Senhora Vereadora Filipa Roseta, que tinha essa responsabilidade, já explicou a razão de por vezes demorarem mais tempo do que o desejado. Existiam atualmente poucas equipas de reposição dessas luminárias, mas o Município já contratou oito novas equipas para poder colmatar essas falhas. -----

----- Quanto aos contratos de delegação de competências e auscultação da população, a maioria dessas intervenções estava nos programas dos partidos e do movimento ali presentes. Quem já esteve em executivos sabia que a negociação desses contratos com o Município de Lisboa levava semanas ou mais nos vários serviços do Município de Lisboa. Infelizmente essa consulta pública seria deveras difícil para executar esses contratos. Era expectável que muitas das intervenções estivessem executadas no ano passado e só agora iam iniciar, não porque estivessem em ano eleitoral, mas porque essas aprovações foram morosas e era preciso ainda lançar concursos públicos. Portanto, era muito demorado todo esse processo e todos esses procedimentos. -----

----- Sobre a segurança rodoviária, ainda havia algumas matérias a tratar. O Município de Lisboa, nomeadamente através da empresa municipal EMEL, foram realizadas no interior de algumas zonas do Bairro de Alvalade intervenções de segurança rodoviária,

nomeadamente a colocação de almofadas mitigadoras da velocidade e reforço de pinturas do projeto Bici 30, mas ainda faltava um tema que parecia fundamental e tinha que ver com a segurança rodoviária no eixo da Estados Unidos da América e das Forças Armadas, que era a colocação dos radares que penalizavam os veículos fora da velocidade que estava estipulada. Era um tema que já devia estar implementado no primeiro trimestre desse ano e acreditava que o Município de Lisboa ainda não o tivesse feito porque ainda não recebeu a devida autorização da autoridade nacional de segurança rodoviária para poder instalar esses radares. -----

----- Quanto às fotografias, das imagens que via não havia nenhuma que dissesse respeito às competências da Junta de Freguesia. Pensava que a primeira imagem era na entrada do parque de estacionamento do Centro Comercial de Alvalade e que estava sinalizada já há algum tempo, pensava que já estaria resolvida. Era calçada artística e responsabilidade do Município. A segunda imagem no Campo Grande era um tema que já estava sinalizado há muito tempo e já foi, entretanto, mitigado e reparado pela equipa do saneamento da Câmara Municipal de Lisboa, mas a pedra continuava solta e não nas melhores condições de segurança. O mupi e o abrigo tinham que ver com o contrato com a JC Decaux, também gerido pelo Município de Lisboa. Aí poderiam eventualmente retirar o pilarete na paragem, mas também não lhe parecia que fosse um problema para quem entrava no autocarro, não era impeditivo dessa entrada. -----

----- A Estados Unidos da América também era uma via estruturante e era responsabilidade do Município pintar a passadeira que não existia, tendo dúvidas que no Código da Estrada, sendo uma via que o peão tinha sempre prioridade em relação aos veículos, tinha dúvidas que fosse obrigatória a pintura de uma passadeira nesse local em específico. No Código da Estrada que aprenderam não era necessário e era melhor que existisse, mas não existindo não era obrigatório. -----

----- Agradecia a moção, que todos reconheciam ser importante. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Recomendação “**Por um espaço público de qualidade - Contra a deficiente planificação e incúria da sua manutenção**”, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, CDU e BE), 2 votos contra (IL e Chega) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP e MMA) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Existindo duas moções sobre o 25 de Abril, o **Senhor Presidente da Assembleia** referiu que seriam apresentadas e discutidas em conjunto de seguida, votando-se, porém, separadamente. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos para uma intervenção. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Louvor** -----

----- *“-----25 de Abril -----*

----- *O 25 de abril é uma data que nos convida a refletir não só sobre a liberdade que conquistámos a nível nacional, mas também sobre a liberdade e o modo de vida na nossa freguesia de Alvalade. -----*

----- *O 25 de Abril é, acima de tudo, um símbolo de liberdade, o valor mais precioso numa sociedade que se quer democrática, justa e próspera. A revolução devolveu-nos o direito à livre expressão, ao livre pensamento e à autodeterminação enquanto indivíduos e enquanto nação. -----*

----- *A liberdade não pode ser apenas uma questão política, circunscrita ao direito de votar, protestar e de falar livremente. É preciso que a liberdade se estenda à nossa vida*

económica, à nossa capacidade de empreender, à nossa responsabilidade individual de traçar o nosso próprio caminho sem que o Estado intervenha de forma burocrática e paternalista, de forma complexa e complexada. -----

----- Acreditamos num Estado que garante as condições básicas de justiça, segurança, saúde e educação, mas que deixe espaço necessário para que as pessoas definam e determinem o seu próprio destino. -----

----- E é precisamente aqui, na nossa Freguesia de Alvalade, que temos de aplicar esses princípios todos os dias. -----

----- A liberdade deve ser inseparável da transparência, da responsabilidade e da eficiência no uso dos recursos públicos. É por isso fundamental que a gestão da nossa freguesia seja clara, acessível e acima de tudo, que esteja ao serviço de todos os que aqui vivem. -----

----- É essencial que os cidadãos de Alvalade tenham acesso a dados concretos e atualizados sobre o património que se encontra sob a égide da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Alvalade, sobre os subsídios e doações que são feitos em nome de cada um de nós, assim como sobre a totalidade de serviços e de recursos humanos de que a freguesia dispõe. -----

----- Acreditamos que só com uma administração verdadeiramente transparente podemos garantir que os nossos impostos estão a ser usados de forma eficiente e em benefício de todos. -----

----- É com este espírito de transparência que temos pautado a nossa ação pela defesa da realização de um levantamento completo dos imóveis que pertencem à Freguesia ou à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Quantas casas estão a ser geridas pelo poder local? -----

----- Em que condições se encontram? -----

----- Quem beneficia destas habitações? -----

----- Num país que conta com milhares e milhares de imóveis públicos devolutos, quais são aqueles que se encontram disponíveis para serem colocados no mercado e, como tal, que podem contribuir para aumentarmos a oferta de habitação num momento tão crítico para as pessoas encontrarem algo tão básico como um teto para viverem? -----

----- Estas são questões que têm de ser respondidas de forma clara. Só assim se podem desenvolver políticas públicas de habitação justas, onde quem realmente precisa é quem tem acesso ao apoio. Onde os espaços públicos são inquestionavelmente colocados ao dispor do interesse público. Onde os recursos são utilizados de forma eficaz. -----

----- A questão da habitação é crucial, especialmente numa freguesia como Alvalade, onde há pouca oferta, onde os preços estão a subir em flecha, onde a pressão sobre as famílias é cada vez maior. Não podemos aceitar que haja imóveis públicos devolutos ou mal geridos, quando há tantas pessoas a lutar por um teto. -----

----- Defendemos uma gestão mais ágil e menos burocrática, que ajude a resolver de vez este problema, estimulando a criação de mais habitação. -----

----- Outro tema importante para a qualidade de vida em Alvalade é a Higiene Urbana. Temos de ser exigentes e não podemos aceitar que Alvalade viva de forma contínua e constante com problemas estruturais como a falta de limpeza das ruas, com a escassa recolha de resíduos e com a falha na manutenção dos espaços verdes. -----

----- Não se trata apenas de uma questão de conforto, mas sim de uma questão de saúde pública e de bem-estar para todos os que aqui vivem. -----

----- Uma freguesia limpa é uma freguesia que respeita os seus cidadãos, e é responsabilidade da Junta assegurar que os serviços funcionam de forma eficiente. -----



Aqui, mais uma vez, defendemos um uso mais racional dos recursos, uma gestão que valorize os resultados e que responda realmente às necessidades das pessoas. -----

----- A liberdade que comemoramos no 25 de abril deve ser posta em prática na nossa vida local. Tal significa que a freguesia de Alvalade deve servir os seus cidadãos com transparência e eficiência, ao invés de criar constrangimentos com burocracias e ineficiências que conduzem a resultados insuficientes. -----

----- Devemos lutar para que Alvalade seja uma freguesia onde cada cidadão se sinta verdadeiramente livre: livre para empreender, para viver em segurança e para encontrar uma casa a que possa chamar lar. -----

----- Uma freguesia onde a liberdade económica é reconhecida como uma componente essencial da prosperidade e do bem-estar de todos. -----

----- Neste dia de celebração da liberdade, é fundamental que não nos esqueçamos das conquistas de Abril, mas também que olhemos para o futuro com a mesma determinação. Tal como em 1974, precisamos hoje de coragem para questionar o status quo, para dizer que mais liberdade e mais oportunidades são o caminho para um Portugal mais próspero. -----

----- Tal como os Capitães de Abril nos ensinaram, é possível sonhar e concretizar um país melhor. Mas, para isso, temos de estar dispostos a lutar pela liberdade todos os dias, em todos os campos — da política à economia, da educação à saúde, do desporto à cultura, da habitação à higiene urbana. -----

----- É essa a missão da Iniciativa Liberal de Alvalade: garantir que o espírito do 25 de Abril estará sempre vivo. -----

----- Não apenas como memória de uma revolução, mas como farol para o futuro de uma Alvalade em que impere a liberdade e a prosperidade. -----

----- Manuel Matos dos Santos ----- ”

*----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Ana Gouveia para uma intervenção. -----*

*----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----*

*----- **Moção** -----*

“ ----- 25 de Abril - Memória, Resistência e Liberdade -----

----- Na madrugada de 25 de Abril de 1974 os militares do Movimento da Forças Armadas deram início à acção militar que pôs cobro a 48 anos de regime fascista. A acção então empreendida foi o corolário de anos de resistência do povo português, resistência essa que teve várias expressões ao longo de todo período da ditadura. Se o 25 de Abril tem os seus operacionais, não podem ser esquecidos todos os que com o sacrificio das suas vidas, da sua condição física, do bem-estar das suas famílias, foram obreiros dos alicerces da enorme obra colectiva que é a libertação do nosso país. -----

----- O 25 de Abril não tem donos, mas teve os seus construtores, honremo-los pois! -----

----- Na nossa freguesia, como foi lembrado na sessão solene dos 50 anos do 25 de Abril, a luta contra a ditadura fez-se no Vavá, na cidade universitária durante a crise académica, mas também em casas clandestinas como lembrou Domingos Abrantes, resistente antifascista agraciado com a medalha da freguesia nessa sessão. -----

----- É necessário que a população da Freguesia saiba que a oposição ao regime sempre esteve aqui presente, que muitas das nossas ruas têm marcas indeléveis da luta pela liberdade, mesmo que não se vejam ou não estejam assinaladas. -----

----- No Laboratório de Engenharia Civil existia uma forte célula do PCP e um forte núcleo do MUD Juvenil e da oposição democrática. -----

----- Na nossa Freguesia funcionaram numerosas casas clandestinas desde os anos 40 até quase ao 25 de Abril, nomeadamente no Pote de Água, Av. do Brasil, Av. Rio de Janeiro, Rua Gama Barros, Bairro de São Miguel, Rua de Entrecampos e Frei Miguel

UR de fin
(B)

Contreiras. Várias destas casas foram assaltadas pela PIDE e os seus ocupantes presos, incluindo alguns dos mais destacados dirigentes do PCP à época. -----

----- Na Av. do Brasil, n.º 164 – 2.º Dt.º funcionou uma tipografia clandestina, onde foi editado o Avante durante mais de um ano. -----

----- O pintor José Dias Coelho, assassinado em 1961 pela PIDE, a quem Zeca Afonso dedicou a canção «O Pintor morreu», viveu clandestinamente na Av. Rio de Janeiro, n.º 4, 4.º Dto., casa onde funcionou uma oficina de falsificação de documentos, trabalho essencial à defesa da actividade clandestina. -----

----- A solidariedade para com os perseguidos políticos teve uma enorme importância. -

----- Também nesta área a nossa Freguesia regista casos de significativo espírito solidário: -----

----- Professora Belmira – Bairro de S. Miguel – A casa da professora Belmira, acolheu, durante anos sucessivos, ex-presos políticos saídos da cadeia, sem casa, sem trabalho e até sem família. Acolheu igualmente crianças que tinham os seus pais presos, ou na clandestinidade. -----

----- Vitória Galacho – Rua de Entrecampos – Na casa da Vitória Galacho e seu companheiro viveram dirigentes clandestinos do PCP e acolheu durante muito tempo uma criança cujos pais foram presos e a mãe acabaria por ser assassinada pela PIDE.

----- Flora Magro - Rua António Patrício, a mãe Flora para centenas de presos e suas famílias. Esta mãe, caminhou durante 25 anos para a sede da PIDE ou para as cadeias fascistas, para tentar saber se os familiares estavam vivos ou visitá-los: filho, nora, genro e netos. O filho, José Magro, esteve preso durante 21 anos. Só soube da morte do filho quando já estava enterrado há dois meses. -----

----- Flora Magro é uma genuína cidadã de honra da nossa Freguesia. -----

----- A nossa Freguesia deu o seu contributo para que os portugueses tivessem a liberdade e passassem a viver em Democracia. Um património que nos honra e que deve ser conhecido para que Abril perdure. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 29 de Abril de 2025, delibera: -----

----- 1. Saudar o quinquagésimo primeiro aniversário do 25 de Abril de 1974; -----

----- 2. Saudar todas as comemorações e todos os que nela participaram; -----

----- 3. Propor à Junta de Freguesia fazer o inventário dos locais de luta pela liberdade na nossa freguesia para que seja criado o Roteiro da Liberdade de Alvalade. -----

----- Lisboa, 29 de Abril de 2025 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira para uma intervenção. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que começava pela parte mais desagradável e terminava pela parte agradável. Tinha achado curioso que a Iniciativa Liberal tivesse referido sobre uma moção concreta da CDU que era um programa político e que estava a fazer propaganda, mas se olhassem para o que foi chamado de moção e na verdade era um voto de louvor, que nem propunha nada e apenas declarava, o voto de louvor que a IL apresentou era em si mesmo todo um programa político do que a IL tinha dito ao longo dos quatro anos. Portanto, tinha gostado dessa projeção que foi feita na análise da moção do PCP em que falava de coisas concretas, tentando apontar como se isso fosse um defeito e fazia exatamente a mesma coisa. -----

----- De alguma forma tentava-se criar uma situação em que houvesse uma divisão esquerda e direita a respeito do 25 de Abril. -----

----- O CDS tinha feito algumas moções, foi corrigindo ao longo dos anos e na última moção até já teria votado a favor. Havia pelo menos uma ideia de tentar responder a

algumas críticas que foram feitas no passado, mas esse da IL tentava marcar uma divisão.-----

----- O que cumpria dizer favoravelmente a respeito do voto de louvor, apesar de em parte ser em causa própria da IL, era que o importante seria celebrar o 25 de Abril e que toda a sociedade portuguesa se pudesse rever na ideia do 25 de Abril. De facto, não era uma moção do 24 de abril, como já tiveram na Assembleia de Freguesia, era do 25 de Abril e por vezes visto de uma forma não muito canónica, mas apesar de tudo era sempre bom louvar o 25 de Abril, pelo que o PS iria votar favoravelmente. -----

----- Quanto à moção da CDU, devia dizer que o emocionou muito, agradecia muito que levasse esse documento e revia-se particularmente no mesmo. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos para uma intervenção. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que agradecia os comentários do PS, era para isso que estavam ali. Se todos concordassem a 100% uns com os outros não havia a divisão eleitoral e democrática nos votos que deram essa representação em Assembleia de Freguesia. -----

----- O comentário que tinha feito em relação à recomendação proposta pela CDU tinha a ver com a pergunta que fizeram, se sabiam discriminar o investimento financeiro que teria de ser feito para todo aquele programa que pareceu eleitoral de visão autárquica e que queriam avançar para a Freguesia. Foi feito nessa medida e tendo estado a CDU oito anos no Executivo qual a razão de não ter tentado avançar com todo esse projeto que ali foi apresentado. Portanto, foi em jeito de pergunta. -----

----- Idealmente todos queriam que fosse o mar de rosas que não era, mas para isso era preciso também haver um montante financeiro e só poderiam votar favoravelmente se soubessem qual seria o valor de todo esse programa que foi apresentado. -----

----- Em relação ao voto de louvor da IL, naturalmente que louvaram o 25 de Abril e tinham oportunidade de referir todas as forças políticas e todos os cidadãos que estiveram presentes e permitiram que o 25 de Abril fosse possível, sendo que o processo democrático apenas acabou no dia 25 de novembro e era preciso dizê-lo. Não percebiam a razão do PS dizer que marcava a divisão, não se reviam nisso. -----

----- Acharam que seria interessante fazer um louvor ao 25 de Abril e aos benefícios que tal representou para Portugal numa ótica de paralelismo com a Freguesia de Alvalade, numa ótica de continuidade. Havia sempre pontos a melhorar, sempre pontos a evoluir e mais do que um louvor apenas histórico quiseram fazer um paralelismo com o presente a pensar no futuro. Quando escreveram esse louvor não foi com o intuito de marcar qualquer tipo de divisão, só se fosse divisão de diversidade de opinião. Foi numa ótica construtiva e nunca para haver uma separação, porque não se reviam nisso. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira para um pedido de esclarecimento. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que tinha um pedido de esclarecimento. Uma vez que não estava o orçamento no voto de louvor da IL e nas medidas que estavam lá elencadas, era para saber se a IL apresentou o orçamento das coisas que estavam elencadas no voto de louvor. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos para dar esclarecimentos. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que não estavam ali a falar numa ótica de obras públicas como a recomendação da CDU apresentou. Valorizava a questão que era feita, mas ali não apresentavam nenhum programa político de obras públicas, apresentavam a visão das bandeiras que tinham vindo a defender e quando falavam de um inventário dos imóveis públicos pertencentes à Junta de Freguesia ou à Câmara



Municipal era que fosse feito esse levantamento e que até já devia ter sido feito há muito tempo porque foi aprovado na Assembleia de Freguesia, nesse Executivo e em todos os outros a bem do interesse público. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira para uma intervenção. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que a proposta de voto de louvor da IL era bastante confusa, andaram às voltas com ela, mas achava que havia uma deturpação daquilo que era a liberdade. O que estava ali falado como liberdade não era a liberdade para que foi feito o 25 de Abril, não foi essa liberdade económica dos subsídios, das doações, etc. O 25 de Abril não foi para isso e embora se chamasse um voto de louvor ao 25 de Abril havia uma grande deturpação do conceito de liberdade. Por isso iriam votar contra. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a liberdade também era a liberdade económica. -----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Louvor “25 de Abril”**, apresentado pela IL, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP e IL), 3 votos contra (CDU e BE) e 2 abstenções (Chega e MMA) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “25 de Abril - Memória, Resistência e Liberdade”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU, IL e BE), 1 voto contra (Chega) e 1 abstenção (MMA) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira para uma declaração de voto. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“No voto de louvor da Iniciativa Liberal votámos favoravelmente, apesar de não ter apenso o processamento dos serviços necessários, como ele exige permanentemente a todas as forças partidárias e até ao Executivo e muito bem, não apresentou o orçamento dos serviços necessários para cumprir aquilo que está no voto de louvor. Apesar dessa falha grave e até muito grave na ótica da IL, o 25 de Abril merece-nos sempre o voto favorável e a celebração.”* -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo para uma intervenção. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Pesar** -----

----- *Falecimento do Papa Francisco* -----

----- *Nascido Jorge Mário Bergoglio, em Buenos Aires, na Argentina, o Papa Francisco tornou-se uma das figuras mais marcantes do nosso tempo. Religioso jesuíta, homem de oração silenciosa e de ação firme, soube conjugar a espiritualidade profunda com um olhar atento sobre as realidades mais duras e esquecidas da condição humana. A sua vida foi, desde cedo, marcada pela entrega ao próximo, pela escuta dos mais pobres e pela opção constante pelos que vivem nas margens da sociedade.* -----

----- *Eleito Sumo Pontífice a 13 de março de 2013, foi o primeiro Papa oriundo da América Latina, o primeiro jesuíta a chegar à Cátedra de Pedro, e o primeiro a escolher o nome de Francisco — inspirado por São Francisco de Assis — como sinal claro de um pontificado que haveria de ser moldado pela simplicidade evangélica, pelo*

despojamento e pela caridade viva. Com esse gesto inaugural, Francisco deu desde logo a conhecer a missão que o movia: edificar uma Igreja pobre para os pobres, mais próxima, mais humana, mais misericordiosa. -----

----- Ao longo do seu pontificado, o Papa Francisco distinguiu-se pela palavra firme, mas sempre marcada pela ternura e compaixão; pela sua extraordinária capacidade de comunicar com os corações simples; pela sua atenção aos mais esquecidos, aos migrantes, aos idosos, aos jovens sem rumo, às vítimas da guerra e da injustiça social. Nunca procurou os holofotes do poder nem se deixou prender aos protocolos da grandiosidade. Preferiu os pequenos gestos, os encontros pessoais, os apertos de mão comovidos e os abraços discretos, mas cheios de fé. Foi, como ele próprio se quis apresentar, "um pastor com cheiro a ovelha", caminhando entre o povo, partilhando as suas alegrias e angústias. Francisco foi, para muitos, mais do que um líder espiritual — foi sinal visível da presença de Deus no meio dos homens. Um sinal de que a fé autêntica não se impõe, mas propõe; não se isola, mas envolve-se; não condena, mas acolhe e perdoa. Foi o Papa da ternura, da misericórdia e da esperança. Um homem que acreditava que a ternura podia mudar o mundo, e que nunca deixou de pedir: "Rezem por mim." -----

----- Em agosto de 2023, Portugal teve o privilégio e a bênção de o acolher em Lisboa por ocasião das Jornadas Mundiais da Juventude, aquele que foi talvez o momento mais marcante do seu pontificado para os fiéis portugueses. O Santo Padre veio ao encontro de milhões de jovens de todos os cantos do mundo, falando-lhes como pai, como amigo, como irmão na fé. Com a sua voz serena, com o seu sorriso sincero e com o seu olhar cheio de doçura, exortou-os a "levantarem-se", a não temerem, a acreditarem num mundo mais justo, mais solidário, mais fraterno. Tocou corações com a leveza de quem vive segundo o Evangelho e com a força de quem carrega a cruz do seu povo. -----

----- A memória das suas palavras e dos seus gestos permanecerá para sempre gravada na alma do povo português. Nas ruas de Lisboa, nos olhares dos jovens, nas lágrimas dos que o escutaram, ficou o rasto luminoso da sua passagem entre nós. -----

----- A sua partida deixa agora um vazio imenso no coração da Igreja e da humanidade. Mas o legado que nos deixa — um legado de luz, de compaixão, de firmeza no essencial e de fé viva — continuará a inspirar gerações. Recordamo-lo como o Papa dos gestos simples, das palavras autênticas, dos silêncios cheios de oração. Um verdadeiro servo de Deus, um discípulo fiel do Evangelho, um pastor segundo o coração de Cristo. -----

----- Curvamo-nos perante a sua memória, com humildade e gratidão, e expressamos sentidas condolências à Igreja Católica, aos fiéis de todo o mundo e a todos quantos viram no Papa Francisco um verdadeiro farol de esperança no meio das trevas. -----

----- Elevamos a nossa oração para que o Senhor, rico em misericórdia, o acolha na plenitude da Sua glória, como bom e fiel servidor. E que o testemunho de vida e santidade do Papa Francisco continue a frutificar na vida da Igreja e no coração de todos os homens e mulheres de boa vontade. -----

----- Descansa em Paz, Santo Padre. -----

----- Fica connosco a tua luz. -----

----- Assim, os eleitos do CDS-PP propõem à Assembleia de Freguesia do Alvalade, reunida a 29 de abril de 2025, que: -----

----- Manifeste o seu mais profundo pesar e guarde um minuto de silêncio pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, Líder da Igreja Católica, homem de fé inabalável, mensageiro incansável da paz e verdadeiro apóstolo da esperança. -----

Lisboa, 29 de abril de 2025 -----

----- *Os Eleitos pelo CDS-PP da Assembleia de Freguesia do Alvalade* -----
----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Ana Pelicano para uma intervenção. -----
----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** disse que o PSD subscrevia o voto de pesar ao Papa. -----
----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira para uma intervenção. -----
----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que a CDU iria votar favoravelmente esse voto de pesar. Havia uma parte que estava um pouco eclesiástica para esse órgão, mas tirando isso concordavam e eram a favor. -----
----- O Papa Francisco marcou a igreja, marcou os católicos e outros cristãos nessa fase da história da humanidade, com uma grande proximidade às questões da paz, da defesa dos direitos económicos e sociais e de justiça para os excluídos dessa sociedade submetida a interesses financeiros, como ele próprio afirmou. -----
----- As suas encíclicas, nomeadamente “Laudato Si” e “Fratelli Tutti”, que constituíam um avanço importante na doutrina social da igreja. -----
----- O PCP e a CDU sempre intervíram com católicos e outros crentes nas lutas pela paz e pela transformação social. Era assinalável a ação do Papa Francisco a favor do diálogo e contra a intolerância, uma intervenção corajosa nos tempos atuais. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Falecimento do Papa Francisco”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----
----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----
----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrado o PAOD e passou ao -----
----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----
----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 130/2025, relativa aos documentos de prestação de contas do ano de 2024;** -----
----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 131/2025, relativa ao inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia e respetiva avaliação;** -----
----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 132/2025, relativa à 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2025;** -----
----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 119/2025, relativa à alteração do Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia;** -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que, como era habitual, iriam ser discutidas em conjunto todos os documentos relativos à prestação de contas de 2024, constantes dos Pontos 1 a 4, sendo depois votadas separadamente. -----
----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Junta para uma intervenção. -----
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que gostava de dar algumas notas e em primeiro lugar agradecer à equipa das finanças da Junta de Freguesia, ao Pedro Fernandes, à Carla e ao Francisco e também à Filipa Lopes, pela preparação de toda essa documentação. Naturalmente que também ao Vogal Paulo Doce Moura, que coordenou todo esse trabalho ao maior detalhe e acompanhou o desenrolar dos trabalhos não só com a equipa interna, mas também. -----

----- Essas contas do ano 2024 voltavam a ter um resultado operacional e um resultado líquido positivo, era de assinalar. No que respeitava às regras orçamentais, existia um verdadeiro equilíbrio orçamental e quem o dizia também era o ROC.-----

----- Analisando a execução da receita e despesas correntes, à luz do princípio do equilíbrio orçamental verificava-se que a receita arrecadada até 31 de dezembro de 2024 foi suficiente para dar cumprimento à despesa corrente executada. Esse princípio estava garantido.-----

----- Do lado da receita houve uma execução à ordem de 85%. Não foi possível uma execução maior em virtude dos contratos de delegação de competências. Tal como tinha dito em comentário à recomendação da CDU sobre os contratos de delegação de competências, era expetativa terem executado mais no ano 2024, não arrecadaram a receita que seria devida por parte do Município e que estimavam arrecadar no presente ano. A despesa também ficou abaixo da execução orçamental que era desejável, atingindo a despesa corrente 75% do que estava planeado.-----

----- A nível do inventário foi realizado com recurso a uma entidade externa, a exemplo do que já era solicitado pelo PS o Executivo e o Vogal Tesoureiro decidiram realizar esse inventário que também foi importante para que as demonstrações financeiras pudessem apresentar resultado líquido positivo. -----

----- O rácio de solvabilidade aumentou em relação a 2023. No fornecimento de serviços externos não ia entrar em detalhe, o Senhor Tesoureiro apresentaria com maior detalhe. Fazia só uma referência ao consumo de água e aí cumprimentar os serviços da divisão de espaço público e equipamentos, porque a nível ambiental a poupança de água em relação a 2023 ascendeu a mais de 50 mil euros. Foi um trabalho bastante relevante e não só dos serviços técnicos da Junta, mas também das empresas de outsourcing que tinham a responsabilidade da manutenção dos vários espaços verdes da Freguesia, porque a poupança de água ia maioritariamente pela gestão dos recursos hídricos nos espaços verdes. -----

----- Também devia salientar que a implementação da plataforma que utilizavam em 130 pontos, tanto de rega como de consumo de energia, gás e água em vários equipamentos da Junta de Freguesia, ajudou a chegar a esses resultados. -----

----- Dava também uma nota à equipa de licenciamento da Junta de Freguesia, que em relação a 2023 foram arrecadados mais cerca de 40 mil euros em receita de taxas, não porque as taxas tivessem aumentado, mas porque houve uma maior fiscalização no terreno do licenciamento da ocupação no espaço público e isso era de louvar.-----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Tesoureiro para uma intervenção. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que iniciaram esse processo de apresentação das contas de 2024, bem como todos os documentos que foram enviados, no passado dia 28 de janeiro. Estavam a 29 de abril e esse processo decorreu durante dois meses e meio, em que os serviços da Junta trabalharam em toda essa documentação que foi enviada para análise e reflexão.-----

----- O Senhor Presidente já tivera oportunidade de relevar o trabalho feito pela equipa das finanças e o sentimento que tinha era que relevando o trabalho técnico e operacional das equipas ligadas a esses temas havia também que relevar o trabalho de todos os recursos da Junta, com cada vez maior sensibilização, cada vez maior cuidado na escolha das opções, na escolha dos orçamentos, na escolha dos fornecedores, que permitiam chegar ali com um resultado positivo. -----

----- Daria umas breves notas sobre os documentos enviados, não deixando de expressar a sua satisfação pelo trabalho sempre muito focado e muito orientado que foi



desenvolvido. Expressar a sua satisfação pelas decisões que foram sendo tomadas, dado o resultado final positivo atingido. -----

----- No ponto 1, proposta nº 130, estavam os documentos que foram enviados, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e o anexo a essas demonstrações, as demonstrações orçamentais, a certificação legal das contas pelo ROC e que considerava um documento muito importante nessa apreciação que estavam a fazer, o relatório sobre a certificação económica e financeira a dezembro de 2024. -----

----- No ponto 2, proposta 131, encontravam o mapa síntese dos bens inventariados que era normalmente apresentado nessa altura, em abril. Apresentava-se também, no seguimento do inventário efetuado em julho de 2024 e que foi ali abordado durante algumas sessões, o relatório da contagem do imobilizado da Junta de Freguesia de Alvalade, cumprindo assim mais um compromisso que assumiram perante a Assembleia. -----

----- No período do PAOD já tiveram mais duas solicitações de inventários, um por ocasião da moção do 25 de Abril e outro mais ou menos repetente por parte da Iniciativa Liberal sobre as instalações físicas do património da Junta de Freguesia. -----

----- No ponto 3, proposta 132, os documentos da alteração orçamental modificativa da receita, alteração orçamental modificativa da despesa e uma nota para o plano plurianual de investimento, que com uma pequena ressalva era praticamente igual ao apresentado em dezembro, um pequeno ajuste face a um pequeno reforço na economia e inovação e a redução do valor do serviço de higiene urbana por contrapartida da locação efetuada e que iria explicar mais à frente. -----

----- Parecia-lhe importante destacar que, na receita, a introdução do saldo de gerência foi no valor de 2.075.744,66 euros, sendo que desse valor eram 595.519,90 euros consignados aos contratos de delegação de competências com a CML. -----

----- Igualmente na receita foi reconhecido o protocolo com a CML de apoio aos comerciantes e uma vez que esse montante iria da Câmara teve que ser criada uma rubrica de transferências correntes para o efeito no valor de 62.024,87 euros. -----

----- Na despesa, a distribuição pelo orçamento do montante correspondente aos compromissos por faturar e faturas por pagar de 2024, assim como uma repartição do restante valor pelas diferentes rubricas orçamentais. Nas rubricas de investimento do serviço de higiene urbana, como tinha falado atrás, seria evidente a diminuição do valor de investimento em equipamento urbano por contrapartida de despesas correntes para acomodar o contrato de locação dos equipamentos. Foi também um tema falado com alguma frequência, num primeiro momento era objetivo comprar os equipamentos, tendo optado depois, por razões financeiras mais favoráveis à Junta, por contratos de locação. Tiveram que fazer esse ajuste na área da despesa. -----

----- Em relação ao relatório de gestão de 2024 e às suas linhas de orientação e síntese da atividade desenvolvida, cumpria-lhe acrescentar que o exercício contabilístico de 2024, do ponto de vista orçamental, refletia o esforço do Executivo em manter a qualidade dos serviços prestados aos seus fregueses, centrando a sua atividade no bem-estar da comunidade, das pessoas que residiam, estudavam, trabalhavam e visitavam. Valorizavam a qualidade de vida da população através da limpeza do território, trabalho sempre presente todos os dias na Junta, do cuidado com o espaço público e espaços verdes, da educação, da ação social, do desporto e da cultura. Esses eram os pilares do trabalho desenvolvido por essa Junta de Freguesia. -----

----- Assim, podiam verificar que a Junta de Freguesia de Alvalade inscreveu um total de 10.781.025,60 euros no seu orçamento inicial da receita, o que representava um aumento de 40,38% face aos valores ali apresentados referentes a 2023. Essa variação

resultava essencialmente dos valores previstos no contrato de delegação de competências celebrado com o Município de Lisboa. -----

----- Orçamento da despesa, a Freguesia de Alvalade previu para o ano de 2024 uma despesa total de 10.781.025,60 euros, apresentando assim também um aumento de 40,3% face ao valor inscrito no Orçamento de 2023. A execução dessa despesa na Junta de Freguesia de Alvalade estava dividida em nove orgânicas, sendo na orgânica de espaço público e equipamentos onde a autarquia realizou o maior montante de despesa, com um total de 1.612.011,43 euros. Como já analisado anteriormente, a execução dessa orgânica era influenciada pela execução dos contratos de delegação de competências. Nas restantes substâncias orgânicas verificava-se um elevado grau de execução face aos montantes orçamentados. -----

----- Ainda em 2024 a Junta de Freguesia registou um gasto total de 3.164.440,71 euros, um montante superior a 280.000 euros face ao ano de 2023, variação essa que resultava essencialmente do aumento de vagas no mapa de pessoal, do aumento do salário mínimo nacional, das progressões de carreira, bem como do aumento da base remuneratória da administração pública. Isso na componente das despesas com pessoal.

----- Conclusões em relação ao relatório de gestão que foi enviado. Do ponto de vista da receita a Junta de Freguesia de Alvalade conseguiu o resultado positivo por via do trabalho desenvolvido não só no âmbito do espaço público, como também nos equipamentos que dispunha e colocava ao serviço dos fregueses. O aumento nas transferências correntes recebidas da administração central e local foram finalmente compensar a Junta de Freguesia de Alvalade pelos sucessivos aumentos nos custos de contratação de serviços e aquisição de bens para a manutenção e conservação no âmbito das competências da Junta de Freguesia. -----

----- O aumento do custo da energia, bem como os gastos com o pessoal, representavam uma importante fatia do total do aumento de gastos de 2024. O aumento do salário mínimo e a atualização da base remuneratória criavam uma grande pressão sobre o Orçamento da Junta de Freguesia, mas ainda assim continuavam a investir e a desenvolver diversas iniciativas nas diversas áreas em que trabalhavam, considerando assim o resultado líquido do exercício em 35.675,91 euros. -----

----- Uma palavra para os documentos da sociedade de revisores oficiais de contas, em particular sobre a certificação legal das contas, que também foi enviada. As demonstrações financeiras auditadas e anexas à documentação compreendiam o balanço em 31 de dezembro de 2024, incluindo um resultado líquido positivo de 35.675,91 euros. As demonstrações financeiras anexas apresentavam de forma verdadeira e apropriada, de acordo com a certificação legal das contas, em todos os seus aspetos materiais a posição financeira da Junta de Freguesia de Alvalade em 31 de dezembro de 2024, assim como o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas ao qual estavam obrigados a cumprir e a respeitar. -----

----- Últimas conclusões. Com base no trabalho efetuado e explanado em diferentes relatórios que foram enviados, o ROC dava nota de que não tinha conhecimento de qualquer situação que afetasse de forma significativa a conformidade das demonstrações financeiras apresentados, dos relatórios de execução orçamental preparados de acordo com os princípios contabilísticos. -----

----- Assim, o Executivo via de forma muito positiva os resultados alcançados em todos os documentos elaborados, em todos os documentos ali discutidos, assim como a certificação legal das mesmas pelo ROC. -----

----- Última nota para o ponto 4, proposta 119, relativa à primeira modificação ao mapa de pessoal de 2025. Essa primeira revisão do mapa de pessoal surgia porque a gestão de



uma autarquia, de uma equipa com mais de uma centena de efetivos, não podia ser estanque e tinha que ser dinâmica, ativa e alvo por parte de quem dirigia as equipas, de quem tomava decisões, de mobilidades, de mudanças, de rentabilização daquilo que eram as mais-valias e competências de cada trabalhador. Assim, as alterações a relevar eram relativas ao centro cívico onde se encontravam e à Universidade Sénior. -----

----- Na divisão administrativa essa alteração acrescia um lugar de assistente operacional para apoio no Centro Cívico Edmundo Pedro, recrutamento efetuado por afetação interna. No pelouro dos direitos sociais acrescia um lugar de técnico superior para a Universidade Briosos de Alvalade, para a função de coordenador. Resultava de um trabalho que o pelouro dos direitos sociais tinha vindo a efetuar desde o início do ano letivo 2024-2025, onde tinham vindo a trabalhar e a aprimorar a gestão dos recursos, ligação com os mais de 400 utentes da universidade, com praticamente quatro dezenas de disciplinas e onde a capacidade dessa gestão efetuada pelo pelouro dos direitos sociais, pela responsável e pela sua equipa, tinha obrigado a fazer um trabalho muito satisfatório. Congratulava também porque conforme iam tomando decisões viam que as decisões eram bem tomadas e os resultados melhoravam. -----

----- Última nota para os serviços de higiene urbana, os lugares vagos estavam prontos a ser preenchidos por via da reserva de recrutamento que nesse momento totalizava cerca de 17 pessoas. Já receberam as infraestruturas físicas para os balneários, nomeadamente das senhoras, que necessitavam para receber mais pessoas. Estavam a ultimar pequenos ajustes, como fosse a chegada dos cacifos, etc. No imediato iriam iniciar a entrada dessas novas pessoas para os lugares que estavam em aberto, para uma revisão que nesse momento tinha cerca de 115 lugares ocupados no mapa de pessoal que foi enviado. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira para uma intervenção. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que sobre as contas de 2024 voltavam aos resultados positivos, ainda assim muito longe de recuperar os enormes prejuízos, 1.300.000 euros gerados por sucessivos gastos sem controlo nos anos de 2022 e 2023, mas louvava-se o novo Presidente de Junta que de facto inverteu essa situação. Era um trabalho de 600.000 euros, a diferença de 570.000 euros de prejuízo em 2023 e agora um resultado de 35.000 em 2024 e mais de acordo com aquilo que foi a média dos anos de 2003 a 2021. -----

----- De todo o modo, como foi ali reconhecido, a execução orçamental da despesa foi baixa, 65%, e a execução da receita foi muito efetiva, na verdade apenas não se fez a receita relacionada com o CDC 2022-2025 e com o PRR, que já foi informado que a Junta desistiu do mesmo. -----

----- Havia uma situação que era um deferimento de receitas para anos seguintes no montante de 2.400.000 euros, que era o reconhecimento que de facto o CDC tinha uma baixa execução. Eram cerca de 3.000.000 euros, estavam a deferir receitas do contrato. 2.400.000 euros para o futuro. -----

----- No quadro dizia que faltava receber 1.800.000 euros, mas era de facto uma execução muitíssimo baixa que estava no CDC à data do fecho, 31/2024, com certeza que agora podiam já ter melhores condições para executar, mas não se via as obras que tinham elevada exigência financeira, como a intervenção do Parque José Gomes Ferreira, a intervenção na Praça de Alvalade, que eram investimentos com maior valor e não se via no terreno. Veriam no ano eleitoral, de facto, as obras no terreno. Não ficariam prontas, que dificilmente se conseguiria isso pronto. Talvez o da Praça pudesse ser que sim, uma vez que eram só vasos e aquilo era só pôr os vasos ou quase,

provavelmente conseguia-se ver, mas muito pouca obra até ao final de 2024 e iam ter em ano eleitoral muita obra. -----

----- Sabia bem que a negociação com a Câmara era sempre uma obra complicada e exigente e muitas vezes exasperante, mas a verdade era que no mandato anterior tinham um CDC de aproximadamente três milhões de euros e conseguiu-se executar praticamente tudo, ficaram duas obras a correr, pequenas em montante, que foram dois espaços verdes, e conseguiu-se uma melhor execução nessa altura. -----

----- De todo modo, o Partido Socialista em anos passados e também no anterior, em que votaram contra as contas, votaram por um motivo concreto. Naturalmente, face à recomendação do Revisor de Contas, votariam favoravelmente essas contas. Não lhe parecia isso ter nada que fizesse votar contra e o posicionamento político um ano atrás foi invertido e, portanto, tinham que reconhecer e mudar o sentido de voto. -----

----- Quanto ao inventário, saudar que de facto era a primeira vez que nesse mandato se fazia um inventário. A política que tinha quando era tesoureiro, pelo menos no segundo mandato, foi de fazer de dois em dois anos um inventário físico. Tinham o primeiro inventário com físico e deixava uma pergunta sobre o inventário, não sabia se ao Senhor Presidente ou ao Senhor Tesoureiro, mas fazer o inventário custou dinheiro, era uma pergunta. -----

----- Quanto à revisão orçamental, não eram feitas grandes alterações em relação à política anterior, o que era natural. Na verdade, a maioria do saldo de gerência ia um milhão e meio para outras despesas, que era a solução habitual que também foi seguida nos anos anteriores, era uma reserva da Junta de Freguesia, e cerca de 600 mil euros que eram para saldo de gerência consignado para o uso do CDC, ou seja, receita que já foi recebida, mas que não foi executada e, portanto, era identificado para depois poder ser gasto e poder mitigar a questão do equilíbrio orçamental que já foi referido pelo Senhor. Presidente. Portanto, como fizeram no Orçamento, iriam abster. -----

----- Quanto ao mapa de pessoal, a crítica que tinha era de facto os 19 assistentes técnicos do serviço de higiene urbano que faltavam. O mapa estava datado de 10 de abril, percebia-se a dificuldade no terreno, porque num quadro de 59 faltavam 19 era complicado. Havia três que deviam estar em mobilidade e, portanto, eram reservas de trabalhadores que estavam noutra entidade até consolidar e depois libertavam a vaga, mas havia 16 que de facto podiam estar e não estavam. -----

----- Tiveram agora a notícia que estariam, uma vez que as reservas seriam 17, se conseguissem mobilizar 16 iriam prover essas vagas todas que ali estavam no mapa de pessoal e isso era muito importante para a Freguesia. O Partido Socialista, logo quando foi o Orçamento de 2024, pugnou pelo aumento do quadro de pessoal em dez trabalhadores. -----

----- Ainda no ano 2023 disseram logo que era muito demorado prover e não houve alterações, o quadro de pessoal para prover essas pessoas só foi feito no Orçamento de 2025 e estavam agora... as 16 pessoas que estavam na reserva de recrutamento das 17 que tinham, que por vezes quando se ia mobilizar as pessoas já tinham outros destinos e fizeram outras opções e nem sempre a reserva de recrutamento conseguia prover todas as vagas. Lá estariam para ver se conseguiam mobilizar e se o fizessem ainda bem, porque eram benefícios para todos os residentes de Alvalade, também era ali residente e, portanto, agradecia muito essa mobilização. Naturalmente iriam aprovar o quadro de pessoal. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira para uma intervenção. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que começava por uma coisa que disse ao Senhor Presidente da Junta, que as contas voltavam a ter um resultado positivo, o que na

verdade não era rigoroso porque no ano anterior o resultado foi negativo e nesse ano sim passava a ter um resultado positivo.-----

----- Uma questão tinha a ver com um comentário que estava no relatório do auditor, onde se dizia o seguinte: -----

----- “Ainda que não tenham sido identificados assuntos adicionais, consideramos pertinente tecer a seguinte recomendação: Assegurar que as entidades a convidar no procedimento de consulta prévia não são especialmente relacionadas entre si, não partilham ainda que parcialmente representantes legais ou sócios ou as sociedades que se encontrem em situação de simples participação... conforme previsto no Código dos Contratos Públicos.”-----

----- Gostariam de saber o que motivou esse comentário do auditor. -----

----- Outra questão era que já falaram ali no ano anterior sobre o tema da discrepância entre os apoios concedidos às associações e coletividades da Freguesia. Como já tinham solicitado, gostariam de receber a lista dos apoios que não foram aprovados, porque só assim era possível fazer uma apreciação sobre a justeza na atribuição desses apoios.-----

----- Não se conseguia igualmente perceber a equidade na atribuição desses apoios. Como exemplo, o Estrelas São João de Brito recebeu 163 mil euros, era quase metade de todo o valor atribuído a clubes e outras entidades e doze vezes maior que a segunda entidade apoiada. Era também mais do dobro do valor do ano anterior. Perguntou como se justificava essa diferença, se não havia outras entidades com capacidade para desenvolver atividades. -----

----- Já ali sugeriram soluções para garantir a capacitação das coletividades da Freguesia de forma a poderem concorrer aos apoios da Junta. Até mesmo na reunião do direito à oposição que tiveram com o Executivo sugeriram a indicação de um funcionário que pudesse estar dedicado às associações e dar apoio na escrita das candidaturas, porque muitas associações não estavam profissionalizadas e desconheciam os trâmites processuais. A Junta também devia ter um papel mais ativo na existência desses apoios. Precisavam desse associativismo popular que tinha que ser muito mais apoiado. -----



----- Sobre o mapa de pessoal, agradecia ao Senhor Tesoureiro o esclarecimento de uma pergunta que já tinha ali sobre a reserva de recrutamento. Se era 16, 17, parecia um bocadinho curta, mas esperava que tivesse sucesso e que pudessem ter mais pessoas a trabalhar na higiene urbana, que fazia muita falta. Preocupaava que o quadro, apesar de estar melhor, ainda não estar preenchido. -----

----- Outra questão tinha a ver com os assistentes operacionais para a educação, que até falaram ali na moção do PAOD, que as vagas de facto eram curtas, mas também havia lugares por preencher. Portanto, era preciso completar e aumentar essa rubrica no quadro do pessoal e queria saber se estavam a tomar algumas medidas específicas para esse item do quadro. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para uma intervenção. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente à fraca execução dos CDCs, uma questão levantada ou comentário realizado pelo Partido Socialista, dizer que efetivamente no ano ou no mandato anterior essa execução foi um pouco mais rápida. Também muitos dos CDCs já iam do mandato ainda anterior e, portanto, os projetos já estavam mais desenvolvidos e houve um tema que fazia toda a diferença no contrato celebrado entre o Município de Lisboa e as Freguesias. -----

----- Houve dois pormenores que eram importantes. Em primeiro lugar a reprogramação ou programação desse contrato de delegação de competências para o mandato foi só um ano e tal depois do início do mandato, foi um ano ligeiramente depois ou mais, ou ligeiramente acima disso. Em segundo ponto, havia uma alínea que era crucial, os


MR le fi


pareceres dos técnicos do Município eram vinculativos, enquanto no passado isso não existia e era uma decisão mais política do que técnica e inverteram um bocadinho as coisas, erro do Município e erro das Juntas de Freguesia não terem lutado para que a versão fosse ao contrário. Confessava a *mea culpa*, não tinha essa consciência, nem essa experiência. -----

----- Garantia que em futuros contratos, pelo menos enquanto fosse Presidente de Junta, isso não passaria, porque as dificuldades eram bastantes. No passado já tinham dificuldades e imaginassem agora, em que todos os departamentos que tinham que dar parecer e eles tinham que ser positivos. Era um dos temas que atrasou bastante, depois impactava na realização ou alteração dos estudos prévios e na execução dos projetos de execução que pensavam que podiam ganhar algum tempo, mas não poderiam gastar recursos financeiros a fazer projetos sem ter os parceiros recolhidos. Isso foi uma luta, obviamente que não só da Junta de Freguesia de Alvalade, mas das restantes 23. -----

----- Relativamente ao inventário, o Senhor Vogal já teve oportunidade de responder, mas não foi audível para as pessoas lá em casa, o custo do inventário rondou os 10 mil euros. Era um trabalho que envolveu também todos os serviços da Junta de Freguesia, coordenados pela divisão administrativa, que também aproveitava para agradecer. -----

----- O saldo de gerência foi apenas um comentário. Decidiram dessa forma, em não distribuir o saldo de gerência de forma equitativa ou equilibrada por todas as rúbricas, porque o Orçamento foi feito de forma bastante rigorosa. Fizeram pequenos ajustes de acordo com aquilo que o Senhor Vogal teve a oportunidade de explicar na sua intervenção inicial. -----

----- Relativamente ao mapa de pessoal, como deviam imaginar, já gostariam muito de ter todo esse quadro de pessoal em funcionamento. A verdade também era que devido às dificuldades, não só porque teve que ser realizada uma reserva de recrutamento, de contratação, etc. e no início do ano ou final do ano anterior decidiram por questões de urgência e de trabalho criar uma equipa dedicada com recibos verdes para a deservagem e nesse ponto a diferença de pessoal não era assim tão grande. Não eram os 16, diria que eram 9, mas de qualquer maneira tinham que inverter essa questão e de colocar mais pessoas no quadro, evitando esses recibos verdes. No entanto, como disse, foi uma questão de necessidade e em vez de contratarem empresas em outsourcing para a realização dessa deservagem, em que a coordenação era mais difícil para os encarregados operacionais e para o encarregado geral, decidiram fazer dessa forma. -----

----- Houve um constrangimento ainda maior, que eram as instalações. Efetivamente, as instalações já eram curtas para o volume de pessoal que necessitavam e que a Freguesia necessitava. Acreditavam que quando o desenvolvimento e já estava numa fase mais avançada, mas não o suficiente, o projeto das Calvanas seria construído num posto de higiene urbana, era esse o objetivo, com maior dimensão para acomodar as necessidades que a Freguesia tinha atualmente e, portanto, essa demora na entrada do pessoal deveu-se por uma simples razão, as primeiras pessoas na reserva de recrutamento eram do sexo feminino e o balneário feminino já não acomodava essas necessidades. Tiveram que fazer uma nova instalação, pré-fabricada, mas com excelentes condições, que estava nesse momento pronta e estavam em condições de avançar com o recrutamento das pessoas na reserva de recrutamento. -----

----- Quanto às consultas prévias e ao tema que o Membro Sérgio de Oliveira levantou relativamente ao alerta, se não estava em erro, do relatório de gestão do ROC, esse tema foi simples. Uma das questões que levantava desde o início era quando havia consultas prévias e para ir ao encontro daquilo que era dito pelo ROC, era que todos os concorrentes tivessem que entregar o RCBE. Portanto, esse era o documento crucial para verificar o beneficiário efetivo último e para que não houvesse problemas dessa

monta que o Sérgio levantou, em que houvessem empresas com os mesmos beneficiários efetivos, nesse caso sócios ou administradores. Foi uma das exigências que colocara em todas as consultas prévias, que uma das documentações obrigatórias seria, para além daquilo que era previsto na contratação pública, seria a entrega desse documento e em todos os procedimentos era garantido essa entrega para que a proposta fosse aceite. Era a forma que tinham de controlar essa situação e, portanto, diria que esse era um alerta que o ROC fazia transversal a todos os organismos que faziam a auditoria às contas, à Junta de Freguesia nesse caso, não fazia sentido porque já garantiram e o gabinete jurídico já garantia que isso era cumprido. -----

----- Quanto aos apoios desportivos, efetivamente o Estrela São João do Berito tinha um valor bastante elevado no ano anterior, como outros clubes já tiveram no passado. Como sabiam, os clubes com mais dinâmica na Freguesia vieram a experimentar ciclos de investimento que eram normais, já aconteceu no passado com o Rugby de São Miguel, já aconteceu com o FONSECAS e CALÇADA, já tiveram também investimento no passado no CDUL. No futuro poderia ser o Atlético de Alvalade a experimentar esse investimento, precisavam de novas instalações. Portanto, esse investimento era cíclico para que os clubes se pudessem dotar de capacidade de promoverem novas atividades desportivas ou alavancarem aquelas atividades desportivas que já praticavam a cada momento. -----

----- Parte desse investimento foi em obras numa escola da Freguesia, na Padre António Vieira, dotar essa escola de um relvado sintético não só para a prática desportiva por parte do Estrelas São João de Brito, mas dava apoio também a essa escola. Parte do apoio foi também para a compra de um mini-autocarro, em que a contribuição da Junta de Freguesia foi na ordem dos 30 mil euros e sempre que o autocarro estivesse disponível podia ser utilizado por outras entidades. -----

----- Só para terem uma ideia, no ano anterior a Junta de Freguesia investiu em autocarros alugados à volta de 62 mil euros. Esse era um bom investimento porque ajudava a mitigar o aluguer de autocarros, que sabiam cada vez ser mais caro devido à falta de motoristas de pesados. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Tesoureiro para uma intervenção. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que a maior parte das questões já foram respondidas e esclarecidas pelo Senhor Presidente da Junta. Dava nota que em relação à educação todos os lugares estavam preenchidos com trabalhadores com contrato a termo, estava no final do mapa a nota com essa explicação. Estava também cumprido o racio legal. -----

----- Existiam dois lugares vagos a termo porque não houve ainda indicação da DGEST para a contratação para acompanhamento das crianças com necessidades especiais. Tiveram apenas autorização para uma contratação. -----

----- Outra nota um pouco mais abrangente tinha a ver com os apoios regulares que o Executivo tinha vindo a trabalhar principalmente na área do desporto, mas que também estenderia à cultura. Havia um aumento considerável nas associações desportivas e estavam a focar sempre que possível mais nos apoios regulares ao ano, tentando que pudessem abranger determinados momentos da atividade para que não houvesse necessidade de haver depois apoios pontuais, o que nem sempre era possível. -----

----- Também tinha sido uma preocupação, sempre que havia um momento alto da competição que determinado clube ia competir, era o primeiro a ir ao encontro desse clube, fosse um título nacional ou até uma competição internacional. Arrancaram a responsabilidade na Junta com uma quinzena de entidades desportivas registadas na Junta de Freguesia de Alvalade e nesse momento tinham mais de uma vintena. Outros clubes da Freguesia os tinham procurado, inclusivamente alguns sediados no INATEL

que beneficiavam ali de algum apoio, nomeadamente instalações por parte do INATEL e que eram desconhecidos, pelo menos falava por si, pelo pelouro do desporto.-----

----- Alguns clubes que tentaram alavancar mais do que foram alavancados noutros momentos, se calhar não tanto numa vertente desportiva, mas mais numa vertente de instalações. Queria dar nota da satisfação que tinha em trabalhar com o Fonsecas e Calçada, um clube que despertava motivações diferentes nos Membros da Assembleia, mas que tinham tentado alavancar toda a vertente desportiva na modalidade de futsal, nomeadamente na formação. Tinham conseguido que esse trabalho fosse desenvolvido também libertando o espaço do pavilhão municipal de Alvalade para outros clubes da Freguesia, nomeadamente clubes que tinham o voleibol, como era o caso da Lusófona e do Centro de Voleibol de Lisboa.-----

----- Queria dar essas notas porque lhe pareciam relevantes e até a resposta às preocupações que foram ali transmitidas no desporto. -----

----- A questão do apoio financeiro à aquisição de autocarros, estavam a falar do exemplo de um clube, mas para autocarros ou instalações haveria certamente no futuro outros clubes que iriam ser abrangidos. Podia dizer com muito agrado que no dia seguinte às 11:45 iriam estar no complexo desportivo municipal São João de Brito para uma reunião com a direção de desporto da CML e com o Clube Atlético de Alvalade. O trabalho na procura de instalações estava a avançar a bom ritmo, tinham soluções que podiam pôr em prática em termos de decisão e construção muito rapidamente e como o Senhor Presidente disse, se calhar daí a um ou dois anos estariam a falar que o Clube Atlético de Alvalade também constava de um apoio que era de todo merecido e que não se cansavam de tentar ir ao encontro. -----

----- Esse trabalho que faziam no desporto estavam também a transpor para a cultura. Era um trabalho diferente, muito alicerçado nas entidades da Freguesia, muito alicerçado nas entidades que estavam sediadas no centro cívico e que desempenhavam os seus trabalhos no centro cívico, fosse através dos apoios regulares que davam a essas entidades, umas mais conhecidas do que outras, mas bastava ir ao site da Junta e ver a quantidade de contratos programa que tinham vindo a assinar nas últimas semanas nessas áreas para confirmar aquilo que acabava de dizer. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro José Ferreira para uma intervenção. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que tinha feito uma pergunta que não foi respondida, nomeadamente qual o custo do inventário que foi feito... ficava a saber que o inventário custou 10 mil euros. -----

----- No mandato 2017-2021 foram executados CDCs que iam do mandato anterior, de 2017 a 2019 houve um conjunto de intervenções que iam do mandato anterior. Recordava-se do Mercado de Alvalade Sul, agora mercado jardim, a intervenção no complexo da Avenida do Brasil, os prédios amarelos do Montepio, mas o CDC de mandato foi executado de 2019 a 2021 e era esse que estava a referir, equivalente ao CDC de mandato e havia uma diferença muito grande de execução. -----

----- Aquilo que o Senhor Presidente disse, era completamente diferente ser a Junta de Freguesia a ter a liderança técnica ou estar sujeita à liderança técnica da Câmara Municipal. Não tinha uma leitura de que a Junta era melhor que a Câmara ou a Câmara era melhor que a Junta, achava que a Junta fazia muito melhor e pensava muito melhor as intervenções de baixo volume, abaixo de um milhão por aí, a maior parte das intervenções eram muito inferiores a isso, pensava no geral melhor do que a Câmara. A Câmara tinha uma tendência quando era uma pequena intervenção, de agigantar e tornar muito complexas as intervenções e o ser local conseguia simplificar. -----



----- Nunca tinha permitido, por vezes podia ser a força contratual, ou o enquadramento político que havia na altura, não valia a pena comparar o que não tinha comparação, mas era muito importante que a Junta tivesse a liderança política e técnica. Também tinha questões técnicas e não eram de física quântica, ao contrário do que muitas vezes os serviços da Câmara pretendiam fazer, parecia que fazer um jardim era um exercício de física quântica e que tinham de ter três doutoramentos sobre o assunto. Naturalmente que havia intervenções que faziam todo o sentido ser a Câmara Municipal, porque tinham uma complexidade elevada, porque abrangiam várias Freguesias, porque tinham um volume financeiro tal para a gestão de todo o processo que excediam muito a capacidade de uma Junta de Freguesia, dessa ou outra qualquer. A Câmara Municipal tinha um orçamento de 1.5 mil milhões, a Junta de Freguesia de Alvalade tinha nesse ano cerca de 10 milhões, era muito grande para uma Junta de Freguesia, mas a Câmara Municipal era um gigante em relação a isso e era natural que muitas intervenções de elevado calibre fizessem melhor e devia ser a Câmara Municipal. -----

----- No entanto, era muito importante terem a liderança técnica e política nas intervenções mais pequenas, como aquelas que estavam a falar e que eram no âmbito do CDC de mandato 2021-2025. Estando mais dificultada essa capacidade, a execução era muito mais difícil. Aliás, como se constatava. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 130/2025, relativa aos documentos de prestação de contas do ano de 2024**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, Chega e MMA) e 3 abstenções (CDU e BE) ---

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Proposta n.º 131/2025, relativa ao inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia e respetiva avaliação**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU, IL, Chega e MMA) e 1 abstenção (BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Proposta n.º 132/2025, relativa à 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, Chega e MMA) e 9 abstenções (PS, CDU e BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Proposta n.º 119/2025, relativa à alteração do Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, Chega e MMA) e 4 abstenções (CDU, BE e IL) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 - Apreciação, discussão e votação de Atas da Assembleia de Freguesia;**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que com satisfação enorme da Mesa estavam as Atas em dia, não havia nenhuma ata por aprovar a não ser as da presente sessão. -----

----- Tinham-lhe confidenciado que havia algumas gralhas verificadas nas atas e se estivessem todos de acordo podiam aprovar as mesmas com uma reserva de correção de gralhas, que depois seriam imediatamente incorporadas e assinadas. -----

----- Verificando o acordo da Assembleia e não havendo pedidos de palavra, submeteu à votação a **Ata nº 31 da Assembleia de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 32 da Assembleia de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 33 da Assembleia de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 34 da Assembleia de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 35 da Assembleia de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Disse que queria apenas deixar uma nota, porque tinha ficado muito contente com a Ata da Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, do poder local e do Dia da Freguesia, que espelhou bem o que se passou. Constavam na Ata os depoimentos dos homenageados, daqueles que entenderam fazê-lo-----

----- (Parte da reunião que não ficou registada)-----

----- **Ponto 6 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta da Freguesia de Alvalade, prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para uma intervenção.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** (...), nesse caso foi a recuperação dos espaços verdes junto à escola de Santo António e, como podiam também verificar, os consumos de energia, de água e gás, tiveram uma redução em relação ao ano 2023 versus 2024. Portanto, também destacar essa situação.-----

----- Queria dar uma palavra à equipa dos direitos sociais da Junta de Freguesia, que continuava a fazer um trabalho extraordinário. Realizaram a sessão plenária da comissão social de Freguesia, em que os elementos que a compunham admitiram mais quatro entidades. Essa comissão tinha um papel fundamental no acompanhamento de pessoas com mais vulnerabilidades na Freguesia, nomeadamente os idosos. Esse trabalho da comissão em conjunto com o projeto Radar tinha um acompanhamento das pessoas com mais necessidades na Freguesia e era relevante destacar o papel das assistentes sociais, dos funcionários da Junta de Freguesia nessa matéria.-----

----- Ficavam abertos a qualquer questão que pudessem ter, sendo certo que essas matérias já foram discutidas em pontos anteriores.-----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Mário Branco para uma intervenção.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que mais uma vez tinha que apontar aquilo que apontara já uma vez e que estava relacionado com a organização da informação escrita. Continuava a ter muita informação, tinha informação repetida consoante os temas. O Senhor Tesoureiro da outra vez tinha dito que estava à procura de uma forma melhor, mas não era preciso procurar muito, bastava ver do Executivo anterior que a forma era melhor, era mais sintética, sublinhava o que era mais relevante. Foi sempre a filosofia do Executivo anterior que se fosse despejada toda a informação... e no caso tinham 36 páginas para um mês de atividade da Junta de Freguesia. -----

----- Havia exemplos do passado, o Executivo atual com o anterior Presidente da Junta tentou de forma estética cortar com o Executivo anterior e parecia-lhe que essa foi uma das formas, mas se calhar podiam voltar a rever algumas dessas alterações do passado. -

----- Tinha uma pergunta muito concreta no âmbito da proteção civil. A Junta tinha uma equipa interna, dinamizava um grupo de voluntários e era referido na informação escrita que estava a fazer uma revisão do plano local de emergência, tinha um protocolo de apoio e de financiamento anual da Associação de Radioamadores da Região de Lisboa. Queria saber o que se tinha passado no dia anterior, qual foi o papel da Junta de Freguesia e se houve recurso a essa associação de radioamadores. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos para uma intervenção. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que agradecia a informação escrita do Senhor Presidente e gostava de focar em dois pontos que consideravam essenciais. Em primeiro lugar desde logo saudar finalmente o inventariado que foi feito ao nível dos imóveis na Junta de Freguesia de Alvalade. Os 10 mil euros não foram de todo barato, em todo o caso consideravam que era um investimento e esperavam que a partir de agora tal fosse colocado também sob o interesse e que casos como o espaço que foi cedido a Cuca Monga na altura, que pudesse haver cada vez mais transparência nos espaços pertencentes à Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- A partir do momento em que tinham esse inventariado feito na Freguesia de Alvalade, agora sim, todos os concursos públicos que eram feitos podiam ter muito maior transparência e os cidadãos de Alvalade também poderiam saber qual o efeito da utilização dos bens pertencentes à Junta de Freguesia de Alvalade. Oxalá a Câmara Municipal de Lisboa também pudesse fazer o mesmo.-----

----- Outra questão estava relacionada com a Avenida Estados Unidos da América, que ia também de uma recomendação feita pela Iniciativa Liberal e aprovada por unanimidade em Assembleia de Freguesia sobre a criação de lombas e de radares dissuasores de velocidade. Gostaria de saber em que estado se encontravam essas obras, sabiam que a Avenida dos Estados Unidos da América tinha um dos maiores níveis de sinistralidade no país e, portanto, saber quando a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade tencionavam avançar com as lombas e os radares de velocidade na Avenida dos Estados Unidos da América. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira para uma intervenção. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que já falara antes sobre a requalificação da Praça de Alvalade e o separador central da Avenida de Roma. Na última Assembleia de Freguesia foi dito que uma das razões para o projeto não ter sido divulgado publicamente era a interferência com o processo da empreitada. Não gostava muito, até porque poderia ter sido facultado, não iriam informar os empresários e era só para terem conhecimento.-----

----- Também não houve consulta pública, em que havia um risco do projeto não agradar às pessoas. Não concordavam com a opinião que o Senhor Presidente da Junta disse, de que isso atrasava, porque não tinha que atrasar e as coisas podiam ser feitas em paralelo, podia-se perguntar às pessoas enquanto consultavam os serviços e especialmente não devia ser razão para não se fazer a consulta. Portanto, a pergunta era saber como estava o projeto, quando seria assinado o contrato de obras. -----

----- Sobre a empreitada de requalificação do Parque José Gomes Ferreira e Quinta do Narigão, saber quando ela era publicamente anunciada. Havia muitas associações formais e informais que frequentavam o espaço regularmente e isso iria causar perturbações, como causava qualquer obra e, portanto, saber o que estaria a Junta a preparar para mitigar essas perturbações. -----

----- Outra conta tinha a ver com o website, era o tema antigo ainda do anterior Presidente. Tanto quanto percebiam, esse novo site nunca foi para a frente e queriam saber qual era o estado disso, o que aconteceu ao dinheiro que teria sido pago. -----

----- Com a Associação Cuca Monga foi um protocolo que discutiram muito ali. Havia algumas contrapartidas e queriam saber qual era o estado dessas contrapartidas. -----

----- Sobre atribuição dos apoios financeiros, se era possível facultarem uma relação dos pedidos de apoio aos Membros da Assembleia, inclusivamente os recusados, para se poder fazer uma avaliação mais correta sobre a globalidade dos apoios concedidos e também os recusados. -----

----- Segundo a informação escrita, na tempestade Martinho houve 55 exemplares de arvoredos derrubados e queriam saber o que estava pensado para substituir esse arvoredo. -----

----- Terminava só com um comentário. Na informação escrita do mandato anterior havia uma informação sobre a parte da higiene urbana que não estava, mas achava que havia também um detalhe a mais que agradava, sabia-se o que a Junta estava a fazer. Talvez pudesse ser mais sucinto, mas também houve melhorias. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para uma intervenção. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, sobre a organização da informação escrita, preferia ter informação a mais. Percebia que havia alguma configuração para facilitar, era uma boa proposta e já tinham dito isso anteriormente. O Senhor Vogal com o pelouro da divisão administrativa iria para futuro preparar essa alteração de apresentação. Sabiam que por vezes nem sempre era fácil porque o período que solicitavam aos serviços muitas vezes ia em cima dos prazos que tinham que cumprir e era sempre um desafio bastante grande tentar eliminar as repetições. Havia algumas redundâncias que tentariam certamente melhorar para futuro. -----

----- Relativamente à proteção civil, alteraram o plano local de emergência na sequência de algumas reuniões que tiveram com o serviço municipal de proteção civil, para adaptar ao que o serviço municipal gostaria de ver no plano local de emergência e para corrigir alguns pontos de encontro que foram exigências na sequência do trabalho realizado e do levantamento realizado pelo serviço municipal de proteção civil. Avaliaram vários riscos e esses pontos de encontro eram mais válidos do que aqueles que foram definidos anteriormente, foi feita uma análise de risco dos vários locais e nesse caso foi definido um novo local, o jardim da Quinta dos Barros e se não estava em erro o complexo desportivo municipal de São João de Brito. Foi retirado do plano anterior a localização da Cidade Universitária, em virtude de terem a alameda das faculdades e o estádio universitário ficar para uma coisa mais global da cidade, para apoio a uma emergência mais global e não tanto numa lógica de Freguesia. -----

----- Quanto aos radioamadores, não funcionou, nem tão pouco radio da proteção civil que tinham instalado na Junta de Freguesia estava em comunicação com os serviços, a

eletricidade não estava a funcionar. Havia algumas falhas que o serviço municipal de proteção civil tinha que rever porque caso faltasse a energia os instrumentos de comunicação entre as Juntas de Freguesia e o serviço municipal de proteção civil não estavam em funcionamento, sendo certo que houve algumas comunicações até uma certa hora. Se fosse necessário dirigia-se a Monsanto, ao centro operacional da proteção civil, se houvesse alguma questão mais premente. -----

----- Do ponto de vista da Junta de Freguesia, em conversação com os vários serviços tomaram algumas medidas. No seu próprio caso tivera oportunidade de deslocar ao serviço da higiene urbana para saber o ponto de situação. Tinha falado também com o Senhor Comandante da 18ª Esquadra para sinalizar que estavam disponíveis e se houvesse algum tema mais urgente onde o poderiam encontrar, em virtude da falta de comunicações. O Senhor Tesoureiro, com o pelouro dos recursos humanos, também tomou algumas diligências no que respeitava a permitir que os colaboradores da Junta de Freguesia, sendo um momento de mais dificuldade em termos de transportes e também por causa das escolas, pudessem a partir de certa hora deslocar com calma para as suas habitações ou ir buscar os filhos às várias instituições de ensino. -----

----- Nessa manhã com o Vogal da economia e inovação estiveram no Mercado de Alvalade a verificar o ponto de situação, se tinha havido algum constrangimento ou se os comerciantes tinham perdido alguma da mercadoria, o que felizmente não se verificou. As temperaturas das arcas frigoríficas mantiveram-se e ajudou também ser segunda-feira, foi um facto positivo dentro dessa parte menos positiva. Durante a noite, aquando da reposição de energia, as câmaras frigoríficas começaram a trabalhar. -----

----- Uma das coisas que tinha solicitado à PSP foi que pudesse, dentro da medida do possível, passar nas várias instalações e equipamentos que estavam afetos à Junta de Freguesia para verificar se não havia nenhum problema, porque os alarmes não estavam em funcionamento. -----

----- Quanto ao inventário e os 10 mil euros, já houve essa informação. -----

----- Sobre a Estados Unidos da América, ainda há pouco tivera oportunidade de falar nisso, naquilo que estava previsto pelo Município não iria ter lombas, teria radares de punição para excesso de velocidade. Quando esses radares existiam normalmente a Câmara Municipal não colocava lombas. Era a previsão da Câmara Municipal no primeiro trimestre do ano passado e acreditava que essa não instalação se devia ainda com o facto de estarem a aguardar a aprovação da autoridade nacional de segurança rodoviária, porque esses radares em particular tinham que ser aprovados por essa entidade. -----

----- Em relação à Praça de Alvalade e Parque José Gomes Ferreira, iriam publicar toda a informação. *A mea culpa* porque já deviam ter publicado a informação e os projetos no site ou no sítio das obras mais relevantes. No entanto, quem tivesse muita curiosidade, esses projetos estavam disponibilizados nas várias reuniões onde os mesmos foram aprovados e os concursos lançados. O do Parque José Gomes Ferreira era um concurso público de publicidade internacional, toda a informação estava disponibilizada, mas iriam consolidar essa informação no site como solicitado pela CDU e pelas várias forças políticas. Nesse caso havia uma falha sua assumida, que já devia estar publicado antes da Assembleia de Freguesia. -----

----- Relativamente ao ponto de situação das adjudicações, Praça de Alvalade, o relatório final do concurso que foi lançado estava datado de 24 de abril e seria adjudicado, tendo sido apenas uma proposta admitida, apesar de ter havido mais do que um concorrente. Seguiram-se os cinco dias úteis de audiência prévia e seria selecionada a empresa que foi admitida a concurso. Se não houvesse reclamações assinariam o contrato muito em breve, diria que no início do mês de maio. -----

----- No Parque José Gomes Ferreira, o concurso público de publicidade internacional já terminou. Os serviços da Junta de Freguesia, nomeadamente o gabinete jurídico abriram no dia anterior as propostas e o procedimento ficou deserto. Teriam que lançar novo concurso, o preço base era baixo, para o valor que tinha sido sugerido pelo projetista colocaram uma folga e não foi possível. Já tinha sido frisado por outras forças políticas e não tinha problema nenhum em repetir, quando os projetos demoravam tanto tempo no processo de licenciamento, um projeto como esse que tinha alguma dimensão e que rondava os 900 mil euros com IVA incluído, com muitas obras a acontecerem em final de mandato, não era isso que pretendiam, mas aconteceram e tinham que lançar novo concurso. -----

----- Não interessava quando a obra ia acabar, interessava que fosse implementado, porque era uma obra relevante para a Mata de Alvalade. Devia ter sido das poucas em que houve uma grande colaboração com o Município de Lisboa, era um contrato de delegação de competências de manutenção, era estruturante e a Câmara chamava a si essa responsabilidade, mas os projetistas escolhidos eram de renome e já trabalharam bastantes vezes com a Câmara Municipal, eram conhecidos dos técnicos. Foi um projeto bastante participado, tanto pela Câmara Municipal nos departamentos de estrutura verde, como também o Regimento de Sapadores Bombeiros em virtude da colocação de uma rede de emergência de incêndio. Era a informação que podia dar de momento. -----

----- O website seria mantido, tinham vindo a fazer algumas alterações. Entendia que o site estava de certa forma bem estruturado, mas era preciso sempre fazer algumas alterações para adaptar às realidades que se iam vivendo, mas do ponto de vista do utilizador parecia ser de fácil utilização. Podia haver algumas redundâncias que tinham que ser eliminadas ou alguma informação que tivesse de ser atualizada, mas no geral iriam manter. -----

----- Quanto à Associação Cuca Monga, já apresentou o projeto para validação da Junta de Freguesia e à luz do contrato também teria que ser validado pelo Município. Não tinha obras de grande monta, não eram assim tão relevantes e pareciam bem, em breve deviam iniciar as obras. -----

----- Quanto aos apoios recusados, iria pedir ao Senhor Vogal Tesoureiro que pudesse dar mais informação. -----

----- Em relação à tempestade Martinho, caíram muitas espécies arbóreas e já resolveram quase todas as situações, não era possível resolver todas de uma vez. Era um processo contínuo e o objetivo era que pudessem ser repostas, havia um despacho do Senhor Vereador relativamente a isso, por cada árvore abatida ou que caísse por efeito natural teriam que ser repostas duas árvores. Tentariam repor as árvores em caldeira, que a Câmara repusesse o mais rapidamente possível, era uma obrigação do Município, as restantes em espaços verdes seria a Junta de Freguesia a fazer essa reposição, mas relembra que ainda há pouco tempo fizeram uma grande plantação de espécies arbóreas na Freguesia. Era um trabalho contínuo, que nunca tinha um fim porque as árvores também tinham uma vida útil e depois havia fenómenos naturais que não conseguiam controlar e colocavam alguns constrangimentos, levando a quedas de árvores. -----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Tesoureiro para uma intervenção. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que na realidade não havia propostas de apoio financeiro recusadas, durante os quatro anos não se lembrava de nenhuma proposta recusada. O que existia era a necessidade que a informação para solicitar o apoio financeiro cumprisse as regras do regulamento dos apoios financeiros e quando não cumpriam explicava-lhes a razão, orientando-os para que a próxima informação



fosse mais completa. Algumas das solicitações que faziam, os clubes por vezes não conseguiam fazer chegar e tinha a ver também com a própria estrutura mais limitada do clube.-----

----- Na sequência do protocolo e da cedência do espaço ao projeto Cuca Monga tinham vindo a tentar e a trabalhar com a entidade no sentido de obter contrapartidas nos eventos organizados pela Junta de Freguesia, fosse na sua atuação no Arraial de Alvalade ou noutras momentos, como o Alvalarte que decorria durante o verão e em que estavam a tentar encontrar a atuação de elementos do projeto Cuca Monga em condições muito vantajosas para a Junta.-----

----- Tinham muitas solicitações de cedência de espaços por grupos ligados ao teatro, ligados à comédia, ligados a atividades artísticas e conseguiam estipular alguma ligação com o projeto Cuca Monga no sentido de estabelecer sinergias. Faziam essa ponte com o projeto Cuca Monga e com a biblioteca dos Coruchéus, que também tinha espaço e que conseguiam por vezes agilizar aí aquilo que não conseguiam já encontrar em termos de espaços, particularmente agora com as obras a decorrer.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** encerrou este Ponto da Ordem dos Trabalhos, passando ao seguinte.-----

----- **Ponto 7 – Apreciação, discussão e votação da Proposta 125/2025, relativa às normas de participação da 11ª edição do Mercado de Natal em Alvalade, no que respeita às taxas devidas pela ocupação de espaços no “Mercado de Natal em Alvalade 2025”, previstas no Anexo III da referida proposta;**-----

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para uma intervenção.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa proposta ia na linha das propostas anteriores. Decidiram lançar esse ano, apesar desse evento ser realizado depois das eleições autárquicas, a exemplo do que foi realizado pelo anterior Executivo, porque caso assim não fosse feito não haveria tempo útil para realizar a iniciativa. O próximo Executivo teria a capacidade de realizar algumas iniciativas complementares, mas se não tivesse realizado todos esses procedimentos não seria possível fazer o Mercado de Natal e, portanto, decidiram avançar com alguma antecedência, a exemplo dos anos anteriores, porque esses processos careciam de muito trabalho prévio e quanto mais cedo melhores condições financeiras na aquisição de alguns materiais, nomeadamente o arrendamento das casas de madeira.-----

----- Nesse caso estavam a discutir as taxas e passava a palavra ao Senhor Vogal Filipe.

----- Por ter sido pedida, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Secretário da Junta para uma intervenção.-----

----- **O Senhor Secretário da Junta** disse que iriam votar as taxas e fazia um enquadramento prévio do que seria o Mercado de Natal. Era a décima primeira edição do Mercado de Natal e havia apenas duas particularidades de alteração em relação a outros anos, teria catorze dias em vez dos doze do ano anterior e uma alteração no horário às sextas e sábados, passando a terminar às 21 horas por sugestão dos comerciantes, o que consideravam fazer sentido.-----

----- Em relação às taxas, teriam visto no anexo 3 da proposta que se aplicava a taxa diária de 70,33 euros por dia. Houve um aumento tendo em conta o índice de preços ao consumidor do ano 2024, tal como tinha sido feito no anterior, passando a esse valor em vez dos 68,68 euros por dia. Utilizaram o mesmo critério e era isso que submetiam à Assembleia.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 125/2025, relativa às normas de participação da 11ª edição do Mercado de Natal em Alvalade, no que respeita às taxas devidas pela**

ocupação de espaços no “Mercado de Natal em Alvalade 2025”, previstas no Anexo III da referida proposta, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, BE, Chega e MMA) e 3 abstenções (CDU e IL) ---

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião. Eram vinte e quatro horas. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----



Manoel Rui de Jesus

Presidente